

Memorando 27- 36.801/2024

De: Maria L. - SS-NGEFC-CFP

Para: SSUP-COT - Serviço de Cotação de Preços

Data: 11/11/2025 às 13:01:06

Setores envolvidos:

SS, SS-GAP-BUCAL, SSUP, SSUP-COT, SSUP-COT-SUP, SS-ALMOX-ODO, SSUP-CPIFP, SS-NGEFC-CFP, SS-ALMOX-CAD

Digitalização das Imagens Radiográficas do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

Considerando a necessidade do setor requisitante a respeito da atualização do descritivo, segue em anexo os artefatos atualizados.

Ademais, informo que as informações solicitadas por meio do despacho nº 19 estão em anexo ao despacho nº 26, para conhecimento e demais providências.

—
Maria Luisa Ibanhez Lorca

Enfermeiro

Fase Preparatória - Licitação

Anexos:

ETP_sensor_intraoral_mesclado_rev.pdf

TR_AQUISICAO_com_ETP_Sensor_Intraoral_para_radiografia_digital_Rev.pdf



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do objeto: Bem Comum.

Área Requisitante	Responsável
Equipe Técnica Saúde Bucal	Marcos Antonio Giroto

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, inciso I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Marília, unidade integrante da rede de Atenção Secundária à Saúde, é responsável pela oferta de atendimentos especializados e pela realização de procedimentos clínicos de média complexidade, os quais demandam suporte radiográfico direto, eficiente e eficaz. No entanto, os exames radiográficos atualmente são realizados por meio de métodos analógicos, tecnologia que apresenta importantes limitações técnicas e operacionais.

Entre os principais entraves observados no modelo analógico, destacam-se o tempo prolongado de processamento das imagens, as dificuldades relacionadas ao armazenamento físico e à organização dos exames, bem como a baixa agilidade no compartilhamento das radiografias entre os profissionais da unidade. Além disso, a inconsistência na qualidade das imagens compromete a precisão dos diagnósticos, dificultando a definição de condutas clínicas adequadas e afetando a eficácia dos tratamentos oferecidos. A ausência de recursos comuns aos sistemas digitais, como ampliação, ajuste de contraste e edição de imagens, restringe a análise detalhada por parte da equipe técnica e limita a acurácia das avaliações clínicas.

Essas limitações impactam diretamente diversas especialidades atendidas no CEO, como Endodontia, Cirurgia e o atendimento a pacientes com necessidades especiais, que exigem agilidade, conforto e imagens de qualidade para a condução segura e eficiente dos procedimentos. A indisponibilidade imediata das imagens e a ausência de integração com os sistemas informatizados dificultam o planejamento terapêutico e o monitoramento clínico. Ademais, o uso de substâncias químicas no processo analógico representa risco ambiental e ocupacional, exigindo cuidados específicos com descarte e manuseio.

Diante desse cenário, constata-se um problema técnico-operacional que compromete a qualidade dos serviços prestados. Assim, torna-se necessária a identificação da melhor solução disponível no mercado, que supere essas deficiências e atenda aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade no atendimento à população.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, inciso III - requisitos da contratação;

Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar deverão obedecer aos critérios estabelecidos, conforme especificações descritas neste ETP, observando integralmente as normas e legislações vigentes.

4. ALINHAMENTO DA DEMANDA (Previsão no plano de contratações anual)

Art. 18, § 1º, inciso II – demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

Não houve previsão em plano de contratação anual uma vez que a Prefeitura de Marília ainda está em fase de adaptação à lei 14.133/2021 e não elaborou o referido plano para o exercício de 2025. Ainda assim, tendo em vista tratar-se de Aquisição corriqueira, a estimativa de valor foi considerada na previsão da LOA 2025.

A Aquisição será viável desde que a SFPE indique a Dotação Orçamentária nos termos do artigo 150 da Lei 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Art. 18, § 1º, inciso V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Atendendo ao disposto no Art. 44 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de considerar os custos e benefícios das alternativas possíveis para o atendimento da demanda, bem como avaliar o ciclo de vida das soluções, apresenta-se a seguir a análise comparativa entre as principais alternativas tecnológicas disponíveis para o diagnóstico por imagem odontológica digital:

5.1 Solução 1: Aquisição de Sensor Intraoral para Radiografia Digital (Aquisição Direta)

Consiste na aquisição de sensores digitais intraorais que capturam a radiação e transmitem a imagem em tempo real para um computador, eliminando a necessidade de processamento químico.

5.1.1 Vantagens:

- Rapidez na obtenção das imagens;
- Redução da exposição à radiação;
- Eliminação do uso de filmes, reveladores e fixadores (com impacto direto na redução de resíduos e custos com insumos);
- Custos operacionais reduzidos em longo prazo;
- Sensores reutilizáveis e de fácil higienização, sem necessidade de substituições frequentes.

5.1.2 Desvantagens:

- Custo inicial elevado;
- Possível desconforto ao paciente devido à rigidez do sensor;
- Necessidade de planejamento para desinfecção e/ou uso de materiais de proteção descartáveis entre atendimentos.

5.1.3 Custos Estimados:

- Custo de aquisição por unidade: R\$ 10.000 a R\$ 15.000¹;

¹ SAEVO. Sensor Intraoral Digital Slim T2. Saevo. Disponível em: <https://www.dentalmedsul.com.br/sensor-intraoral-digital-slim-t2---saevo/p?idsku=9871&srsId=AfmBOoozGa9Yt5jyxW3D6Ey-qo5EJ5QNJMrlg9UwqA6B9fAHkHQEaM17Yg4>. Acesso em: 29 maio 2025.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- Vida útil estimada: 5 a 7 anos².

5.1.4 Avaliação do Ciclo de Vida:

- Eliminação de resíduos químicos e filmes, reduzindo significativamente o impacto ambiental durante o uso;
- Alta durabilidade com baixa necessidade de manutenção;
- Custo-benefício favorável no longo prazo;
- O descarte do equipamento ao fim da vida útil deve ser feito em conformidade com normas de resíduos eletroeletrônicos (ABNT NBR 16156).

5.2 Solução 2: Sistema de Armazenamento de Fósforo (Aquisição Semidireta)

Utiliza placas de fósforo que registram a imagem, a qual é digitalizada posteriormente por um scanner.

5.2.1 Vantagens:

- Imagens de boa qualidade;
- Maior conforto ao paciente devido à flexibilidade das placas.

5.2.2 Desvantagens:

- Necessidade de aquisição de scanner específico;
- Tempo maior de processamento da imagem;
- Substituição recorrente das placas de fósforo (vida útil média: 3 a 6 meses³);
- Geração contínua de resíduos com descarte das placas.

5.2.3 Custos Estimados:

- Custo inicial (scanner + kit de placas): R\$ 25.000⁴;
- Vida útil do scanner: 5 a 7 anos⁵.
- Vida útil das placas de fósforo: 3–6 meses em clínicas com uso regular⁵.

5.2.4 Avaliação do Ciclo de Vida:

- Custos operacionais elevados devido à necessidade constante de reposição de placas;
- Sustentabilidade comprometida pela geração regular de resíduos sólidos;
- Menor eficiência operacional comparada à solução 1;
- Ao final da vida útil, tanto placas quanto o scanner exigem descarte especializado (resíduos eletroeletrônicos e contaminantes).

² PLANMECA. Planmeca – Digital Imaging and Dental Equipment. Disponível em: <https://www.planmeca.com>. Acesso em: 30 maio 2025.

³ WHITE, S.C.; PHAROAH, M.J. Oral Radiology: Principles and Interpretation. 7ª ed. St. Louis: Mosby, 2014.

⁴ DABI ATLANTE. Eagle PS – Placa de fósforo. Disponível em: <https://odontobau.com.br/site/produtos/213-eagle-ps-placa-de-fosforo.html>. Acesso em: 29 maio 2025.

⁵ CARESTREAM DENTAL. Carestream Dental – Digital Imaging and Practice Management Solutions. Disponível em: <https://www.carestreamdental.com>. Acesso em: 30 maio 2025.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

5.3 Solução 3: Locação de Equipamento (Sensor Intraoral)

Contratação por meio de locação mensal de sensor intraoral, com manutenção, suporte técnico e eventual substituição inclusos.

5.3.1 Vantagens:

- Dispensa investimento inicial;
- Manutenção e suporte incluídos no contrato;
- Acesso à tecnologia atualizada.

5.3.2 Desvantagens:

- Geração de custo mensal contínuo (R\$ 1.500/mês para cerca de 10 pacientes)⁶;
- Custo total superior à aquisição direta após cinco anos de contrato;
- Dependência do fornecedor para manutenção, suporte e substituições;
- Menor controle patrimonial do equipamento.

5.3.3 Custos Estimados:

- Custo mensal: R\$ 1.500 (para atendimento de cerca de 10 pacientes);
- Custo anual: R\$ 18.000;
- Custo em cinco anos: R\$ 90.000.

5.3.4 Avaliação do Ciclo de Vida:

- Solução prática e viável como alternativa provisória;
- Geração indireta de resíduos e impactos ambientais semelhantes à Solução 1 (dependendo da destinação dada pelo fornecedor);
- Custo total mais alto no longo prazo;
- Não há descarte direto por parte da Administração, mas há menor controle sobre as práticas ambientais adotadas pelo fornecedor.

5.4. Análise Comparativa das Alternativas

Com o objetivo de modernizar os serviços de diagnóstico por imagem no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Marília, unidade vinculada à rede de Atenção Secundária à Saúde, foram analisadas três alternativas tecnológicas viáveis: (i) aquisição direta de sensor intraoral digital (sistema de aquisição direta), (ii) aquisição de sistema com placas de fósforo (sistema semidireto) e (iii) locação de sensor intraoral. A análise comparativa considerou aspectos técnicos, operacionais, econômicos e ambientais, com foco na eficiência dos atendimentos especializados e na sustentabilidade dos investimentos públicos.

A primeira alternativa, aquisição direta de sensor intraoral digital, destacou-se por sua elevada eficiência operacional, rápida obtenção de imagens, eliminação do uso de filmes e produtos químicos e menor geração de resíduos, o que a torna ambientalmente mais sustentável. Com vida útil estimada entre 5 e 7 anos, esse sistema proporciona significativa redução nos custos

⁶ ODONTOLOC. Serviço de escaneamento intraoral no consultório. Disponível em: <https://www.odontoloc.com.br/produtos/servico-escaneamento-intraoral-no-consultorio/>. Acesso em: 29 maio 2025.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

operacionais ao longo do tempo, mantendo o controle patrimonial sob responsabilidade exclusiva da Administração Pública. Entre os pontos de atenção, identificam-se o investimento inicial mais elevado, o possível desconforto ao paciente devido à rigidez do sensor e a necessidade de protocolos rigorosos de higienização entre os atendimentos.

Para mitigar essas limitações, recomenda-se a aquisição gradual dos sensores, com priorização dos consultórios de maior demanda; a utilização de sensores com bordas anatômicas; bem como a adoção de barreiras protetoras descartáveis e desinfecção adequada após cada uso. Ressalta-se ainda que, conforme estimativas baseadas no Relatório de Consumo de 2024 (Anexo A), a substituição do sistema analógico pela radiografia digital pode gerar uma economia anual de aproximadamente R\$ 14.062,60, relacionada à eliminação de insumos como filmes, reveladores e fixadores.

A segunda alternativa, baseada em um sistema de placas de fósforo, embora tenha custo inicial inferior (em torno de R\$ 25.000) e proporcione maior conforto ao paciente, apresenta maior tempo de processamento das imagens, gera resíduos sólidos regularmente e possui custo operacional mais elevado. Sua eficiência é inferior à do sensor digital direto, tanto em termos de agilidade quanto em sustentabilidade ambiental, resultando em um ciclo de vida mais oneroso para a Administração.

A terceira alternativa, correspondente à locação de sensor intraoral digital, não exige investimento inicial, sendo viável como medida provisória. No entanto, implica em custo mensal fixo de aproximadamente R\$ 1.500, tornando-se economicamente desvantajosa no médio e longo prazo, superando o custo de aquisição direta após cinco anos. Além disso, essa opção reduz o controle patrimonial e cria dependência do fornecedor para manutenção, atualizações tecnológicas e descarte adequado do equipamento.

Dessa forma, considerando os critérios técnicos, econômicos e ambientais, conclui-se que a aquisição direta de sensor intraoral digital representa a solução mais vantajosa para a Administração Pública. Trata-se da alternativa que oferece o melhor custo-benefício no longo prazo, maior eficiência operacional e menor impacto ambiental. As demais soluções podem ser consideradas apenas em contextos de restrição orçamentária imediata ou como medidas transitórias.

Importante destacar que o município de Marília possui contrato vigente, decorrente do Pregão Eletrônico nº 084/2023, para a prestação de serviços de radiografia odontológica digital periapical e oclusal voltada à Atenção Primária à Saúde, beneficiando os usuários das Unidades de Saúde da Família (USFs) e Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Entretanto, essa contratação não abrange a Atenção Secundária, por não ser viável para procedimentos que exigem suporte radiográfico direto e imediato, como os realizados no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), imprescindíveis para a tomada de decisão clínico-cirúrgica. Dessa forma, a aquisição de sensor intraoral digital justifica-se como medida indispensável para a qualificação do diagnóstico por imagem no atendimento odontológico especializado, em conformidade com os princípios de eficiência, resolubilidade, integralidade e sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como alinhada aos objetivos da Política Nacional de Saúde Bucal.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO

Art. 18, § 1º, inciso VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na aquisição de sensores intraorais digitais para captura de imagens radiográficas odontológicas em tempo real. Os sensores são dispositivos eletrônicos que convertem a radiação X em sinais digitais, transmitidos diretamente para computador, eliminando a necessidade de filmes e processos químicos.

Para operação adequada, a solução exige um computador compatível com o software específico fornecido pelo fabricante, além do gerador de raios X odontológico, equipamento



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

geralmente disponível nas unidades de saúde. A solução inclui acessórios como capas protetoras descartáveis e requer processos de desinfecção rigoroso para os sensores entre atendimentos, a fim de evitar contaminação cruzada.

A manutenção e assistência técnica deverão ser contratadas junto ao fornecedor, contemplando suporte técnico, manutenção preventiva, calibração, reparos e atualizações de software. O contrato deve garantir agilidade no atendimento e cobertura de garantia conforme normas do fabricante.

Ao término da vida útil estimada do equipamento (5 a 7 anos), o descarte deve ser realizado conforme legislação ambiental para resíduos eletroeletrônicos, garantindo o cumprimento das normas vigentes e a sustentabilidade da solução.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Art. 18, § 1º, inciso IV- Estimativas das quantidades para contratação acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar a economia de escala.

As estimativas das quantidades de sensores intraorais para radiografias digitais, foram definidas com base em um levantamento realizado considerando o número de consultórios odontológicos atualmente em funcionamento no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Será adquirido um sensor intraoral para cada consultório que realiza o exame radiográfico, totalizando 6 (seis) unidades. Essa quantidade visa atender de forma adequada às necessidades de cada sala, garantindo a eficiência dos atendimentos e a continuidade dos serviços prestados na unidade.

Informamos que os quantitativos encontram-se pormenorizados no tópico 8-Estimativa do Valor da Contratação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, inciso VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A pesquisa de preços foi realizada por meio de contato direto com fornecedor, considerando os valores praticados para equipamentos com as especificações técnicas requeridas, conforme informações contidas no Anexo B.

Tendo em vista a quantidade requisitada, segue abaixo o valor estimado da contratação:

Item	Código	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1.16.17.0379-6	6	UN	-Sensor intraoral para radiografia digital tamanho 2, destinado à captura e análise de imagens odontológicas de alta definição, permitindo a visualização completa de coroa e raiz dentária. O equipamento deve possuir tecnologia de captação CMOS ou equivalente, dimensões externas aproximadas de 43 mm de comprimento e 30 mm de largura, espessura máxima de 6 mm, com área ativa mínima de 36 mm x 26 mm, de modo a contemplar as variações existentes entre diferentes fabricantes. Deve apresentar bordas com cantos arredondados ou tratamento que proporcione conforto ao paciente e proteção da estrutura interna contra impactos e choques mecânicos. A resolução teórica deve ser de, no mínimo, 20 pares de linha por milímetro e resolução de, no mínimo, 1200 x 900 pixels. O comprimento do cabo deve ser igual ou superior a 2,5 metros, com conexão USB 2.0 ou superior. O equipamento deve possuir sistema de calibração que permita instalação e reinstalação simplificada.	R\$ 13.900,00	R\$ 83.400,00



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/B140-B48F-C2A5-BB93> e informe o código B140-B48F-C2A5-BB93

O art. 40, e seus incisos disciplinam o planejamento de compras e expectativa de consumo anual, sendo que no inciso V, alínea “b” trata do princípio do parcelamento do objeto.

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
(...)

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

De acordo com as disposições observadas, para este processo de licitação, optou-se por não adotar o parcelamento do objeto. Tal decisão fundamenta-se na aplicação do § 3º do artigo 40. Ao analisar a economia de escala, concluiu-se que existe um mercado concorrencial vigoroso para o objeto em questão, com uma diversidade considerável de fornecedores aptos a atender a totalidade do objeto. Considerando-se a quantidade a ser adquirida e a forma de aquisição prevista, entende-se que a não adoção do parcelamento torna o objeto mais atraente para os licitantes.

Concluimos, portanto, que a opção por não parcelar o objeto constitui uma estratégia mais vantajosa para a Administração, considerando as quantidades previstas e a metodologia de fornecimento. Essa abordagem potencializa tanto a atratividade quanto a competitividade do processo licitatório. Ainda que o objeto possa ser subdividido em itens, tal fracionamento reduziria o volume destinado a cada um deles, comprometendo sua atratividade perante os licitantes e, possivelmente, resultando em desistências.

Com o intuito de ampliar a competição, decidiu-se por não fracionar a quantidade do objeto em itens, uma vez que isso não implicaria na concentração de mercado, considerando que o objeto licitado possui um mercado concorrencial amplo, capaz de gerar maior competitividade com o não parcelamento do objeto.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

9.1 AGRUPAMENTO DO OBJETO

Tendo em vista que se trata de apenas um item, a licitação será realizada por item.

Caso o item se enquadre, deverá ainda ser respeitado o tratamento diferenciado a ser dado a ME e EPP, quanto à itens exclusivos e de cota reservada (exclusiva) destinados a este específico nicho de fornecedores, conforme prevê os incisos I e III, do art. 48, da Lei Complementar 123/2006.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Art. 18, § 1º, inciso XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Nos termos do Art. 18, §1º, inciso XI da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, a presente contratação foi analisada quanto à existência de eventuais contratações correlatas ou interdependentes que pudessem comprometer sua eficácia ou continuidade.

Verificou-se que o uso de sensores intraorais digitais requer, para garantir boas práticas de biossegurança, a utilização de barreiras protetoras específicas que envolvam o sensor durante o exame para prevenir contaminações cruzadas.

Entretanto, o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) já utiliza filme plástico como barreira protetora, atendendo adequadamente às exigências de biossegurança, o que torna desnecessária a aquisição de barreiras protetoras descartáveis específicas para este fim.

Dessa forma, considerando que o insumo utilizado pelo CEO é eficaz e atende às normas vigentes, não se configura a necessidade de contratação correlata ou interdependente relacionada à aquisição de barreiras protetoras descartáveis, nem a obrigatoriedade de planejamento conjunto para a execução deste processo licitatório.

11. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 18, § 1º, inciso X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração da presente contratação, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da Secretaria.

12. SUSTENTABILIDADE

Art. 18, § 1º, inciso XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Em conformidade com o Art. 18, § 1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar contempla a análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição do sensor intraoral digital para radiografia odontológica, bem como as medidas mitigadoras necessárias para minimizar esses efeitos.

Dentre os impactos ambientais considerados, destaca-se a significativa redução da geração de resíduos tóxicos e sólidos, uma vez que esta solução elimina a necessidade do uso de filmes radiográficos e produtos químicos para processamento das imagens. Além disso, o equipamento apresenta baixo consumo energético, atendendo aos critérios técnicos que visam a eficiência e o uso racional de recursos ao longo de todo o ciclo de vida do produto.

Para mitigar os impactos relacionados ao descarte do equipamento ao final de sua vida útil, recomenda-se a adoção de práticas de logística reversa, garantindo o recolhimento, descarte



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ambientalmente adequado e a reciclagem dos sensores e acessórios, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Também é essencial exigir comprovação documental dessas práticas junto aos fornecedores.

Por fim, o acompanhamento contínuo desses requisitos ambientais assegurará a efetiva aplicação das medidas mitigadoras, promovendo a sustentabilidade e o compromisso socioambiental da Administração Pública.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Art. 18, § 1º, inciso IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A implementação de sensores intraorais digitais no Centro de Especialidades Odontológicas visa aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população, por meio da modernização do processo de obtenção de imagens radiográficas. Espera-se, com isso, alcançar maior precisão diagnóstica, redução no tempo de atendimento e melhoria na segurança dos procedimentos.

O uso dessa tecnologia possibilita a captação de imagens de alta resolução, permitindo a detecção precoce de patologias, identificação detalhada da anatomia dos canais, avaliação de possíveis obstruções, infecções, lesões e outras alterações bucais relevantes. Isso contribui diretamente para diagnósticos mais rápidos e assertivos por parte dos profissionais de odontologia.

Adicionalmente, a utilização dos sensores reduz significativamente a exposição dos pacientes à radiação, se comparada aos métodos convencionais com filmes radiográficos, promovendo um atendimento mais seguro e alinhado às boas práticas em saúde. A modernização proposta também visa otimizar o fluxo de trabalho das equipes, reduzindo retrabalho e aumentando a capacidade de atendimento, o que resulta em maior eficiência dos serviços ofertados à população mariliense.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Art. 18, § 1º, inciso XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A equipe de planejamento declara viável a contratação do Sensor Intraoral para Radiografia Digital – Sistema de Aquisição Direta de Imagem, com base neste Estudo Técnico Preliminar, por ser a solução que melhor atende aos objetivos almejados por esta Secretaria.

Após análise detalhada e considerando os aspectos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento tem plena convicção de que a aquisição do Sensor Intraoral Digital é a solução necessária para atender à demanda identificada. Esse equipamento garantirá uma assistência odontológica de maior qualidade e precisão diagnóstica aos usuários do SUS, sendo essencial para a continuidade dos serviços de saúde bucal.

15. ANEXOS

15.1 ANEXO A – Relatório de Consumo referência 2024

15.2 ANEXO B - Orçamento de Kit Sensor Radiografia Digital



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

16. RESPONSÁVEL

MARIA LUISA IBANHEZ LORCA

Enfermeira/ Fase preparatória compras



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ANEXO A – Relatório de Consumo referência 2024



Prefeitura Municipal de Marília
Apropriação de Consumo por Unidade Orçamentária - Analítico

Período: 01/01/2024 à 31/12/2024

Almoxarifado(s): 1.07.001 - ALMOXARIFADO/MATERIAL [SAÚDE]			2.07.001 - ALMOXARIFADO/SERVIÇO [SAÚDE]					
009.000.129.000.000 - CEO-CENTRO ESPECIAL.ODONTOLÓG.- SUL								
Material	Descrição	Documento	Data Emissão	Data Entrega	Qtde Doação	Qtde Atendida	Preço Médio	Total
1.16.03.0228-3	FILME PARA RADIOGRAFIA DENTAL, PERIAPTICAL, ADULTO	1057	06/02/2024	06/02/2024	0,000	5,000	162,0000	810,0000
1.16.03.0228-3	FILME PARA RADIOGRAFIA DENTAL, PERIAPTICAL, ADULTO	824	02/02/2024	06/02/2024	0,000	5,000	162,0000	810,0000
1.16.03.0228-3	FILME PARA RADIOGRAFIA DENTAL, PERIAPTICAL, ADULTO	1010212	06/02/2024	06/02/2024	0,000	-5,000	162,0000	-810,0000
1.16.03.0228-3	FILME PARA RADIOGRAFIA DENTAL, PERIAPTICAL, ADULTO	10376	02/07/2024	02/07/2024	0,000	20,000	346,4300	6.928,6000
1.16.03.0228-3	FILME PARA RADIOGRAFIA DENTAL, PERIAPTICAL, ADULTO	16600	15/10/2024	15/10/2024	0,000	15,000	299,7000	4.495,5000
Total da Unidade					0,000	40,000		12.234,10
Total Geral do Consumo					0,000	40,000		12.234,10

Assinado por 2 pessoas: PALOMA APARECIDA LIBANIO NUNES e MARILIA APARECIDA LIBANIO NUNES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/>



Prefeitura Municipal de Marília
Apropriação de Consumo por Unidade Orçamentária - Analítico

Período: 01/01/2024 à 31/12/2024

Almoxarifado(s): 1.07.001 - ALMOXARIFADO/MATERIAL [SAÚDE]				2.07.001 - ALMOXARIFADO/SERVIÇO [SAÚDE]				
009.000.129.000.000 - CEO-CENTRO ESPECIAL.ODONTOLÓG.- SUL								
Material	Descrição	Documento	Data Emissão	Data Entrega	Qtde Doação	Qtde Atendida	Preço Médio	Total
1.16.03.0834-6	FIXADOR PARA FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	9035	10/06/2024	10/06/2024	0,000	50,000	17,0900	854,50
1.16.03.0834-6	FIXADOR PARA FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	9518	14/06/2024	14/06/2024	0,000	50,000	17,0900	854,50
1.16.03.0834-6	FIXADOR PARA FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	1010743	14/06/2024	14/06/2024	0,000	-50,000	17,0900	-854,50
Total da Unidade					0,000	50,000		854,50
Total Geral do Consumo					0,000	50,000		854,50



Prefeitura Municipal de Marília
Apropriação de Consumo por Unidade Orçamentária - Analítico

Período: 01/01/2024 à 31/12/2024

Almoxarifado(s): 1.07.001 - ALMOXARIFADO/MATERIAL [SAÚDE]

2.07.001 - ALMOXARIFADO/SERVIÇO [SAÚDE]

009.000.129.000.000 - CEO-CENTRO ESPECIAL.ODONTOLÓG.- SUL

Material	Descrição	Documento	Data Emissão	Data Entrega	Qtde Doação	Qtde Atendida	Preço Médio	Total
1.16.03.0833-8	REVELADOR PARA FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	9035	10/06/2024	10/06/2024	0,000	50,000	19,3000	965,00
1.16.03.0833-8	REVELADOR PARA FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	9518	14/06/2024	14/06/2024	0,000	50,000	19,3000	965,00
1.16.03.0833-8	REVELADOR PARA FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	1010743	14/06/2024	14/06/2024	0,000	-50,000	19,3000	-965,00
Total da Unidade					0,000	50,000		965,00
Total Geral do Consumo					0,000	50,000		965,00

Assinado por 2 pessoas: PALOMA APARECIDA LIBANIO NUNES e MARIA LUIZA ANHILLO DE CARVALHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/B140-B48F-C2A5-BB93>



Prefeitura Municipal de Marília
Estado de São Paulo

ANEXO B - Orçamento de Kit Sensor Radiografia Digital



Sensor odonto



Ouvir e compartilhar o conteúdo dessas conversas. Clique para saber

5/15/2025

Bom dia!
td bem? 09:19 ✓✓

Me chamo Maria Luisa, sou da prefeitura de marília
09:19 ✓✓

já foi realizado uma cotação com vcs a respeito de um
sensor intraoral

eu precisava da atualização dos preços 09:19 ✓✓

segue o descritivo:

SENSOR INTRA-ORAL PARA RADIOGRAFIA DIGITAL.
Permite a captura de imagens completas em alta definição,
considerando coroa e raiz. Acompanha software completo
e de fácil utilização para cadastro de clientes;
arquivamento e edição das imagens. Possui a calibração
embutida no próprio sensor, o que permite instalações e
reinstalações mais fáceis, pois essa calibração permite que
o sensor se calibre automaticamente nos mais diversos
sistemas operacionais. Arquivo de calibração é gravado na
memória do próprio sensor – facilita instalação em
diversas máquinas e no caso de perda do pen drive não é
necessário reinstalar. Características do Digital Sensor: -
sensor tamanho 2. Dimensões exterior: 31 x 43 mm ou
menor. Dimensões da superfície ativa: 2...**Ler mais** 09:19 ✓✓

lembrando que preciso do sensor junto com o
posicionador pq é um conjunto 09:19 ✓✓

aí se puder encaminhar hj por email, agradeço muito!
09:19 ✓✓



0:04



09:20



Bandeirantes, 15 de maio de 2025.

Para:

Maria Luísa / Prefeitura de Marília

Contato: 14 98116-4554Bandeirantes, 15 de outubro de 2024.

Ref. Orçamento de Kit Sensor Radiografia Digital Wim Vitor.

*Vimos por meio dessa ofertar-lhe o kit de sensor de radiografia digital direta,
no modelo Wim Vitor*

*Caso deseje saber mais sobre esse produto, solicite contato. Estamos a sua
disposição para quaisquer esclarecimentos sobre nossos produtos.*

Paulo Soares.

E-mail: paulo@odontologiadigital.com.br

Fone: (43)99681-3443

Proposta:

Sensor WIM Vitor.

CMOS CSI

Resolução imagem 1300 x1800

Resolução teórica 40 ppl/mm2

Sensor tamanho nº 2 (adulto) área externa 41.9 x 30.4mm / área ativa
36x26mm.

Largura do sensor 4.5mm.

Cabo do sensor

*Comprimento do cabo do sensor de 2,80mt + cabo extensor de 3,0mt ,
totalizando 5,80mt, cabo do sensor é plugado no Holster , evitando
infecção cruzada*

*Registro ANVISA nº **80712530001** - SISTEMA DE RADIOGRAFIA DIGITAL
INTRA-ORAL.*

Configurações mínimas recomendadas, para Notebook e Desktop:

PROCESSADORES:

INTEL, i3, i5, i7, i9 - 8ª geração ou superior;

AMD RYZEN, R3, R5, R7, R9 - 2ª Geração ou superior.

MEMÓRIA RAM:

Mínimo: 8GB DDR4

HD:

256GB ou superior;

SISTEMA OPERACIONAL:

Windows 10 64 bits ou superior.

Instalação é por acesso remoto, nos casos onde a instalação deve ser feita por um técnico autorizado pela VENDEDORA. O período de garantia inicia-se a partir da data de sua realização de sua instalação, desde que o produto não tenha sido armazenado por mais de 30 dias. A instalação e assistência técnica efetuada por pessoas não autorizadas pela DMM, correrão por conta da COMPRADOR os encargos decorrentes, da instalação do produto fora do prazo de garantia, viagens e estadia do pessoal técnico envolvido no atendimento do chamado para instalação ou assistência técnica seguirá a lista de preços sugerida pela empresa VENDEDORA

Aproveite! São 2 anos de GARANTIA no sensor WIM Vitor!

✓ Solicite o suporte técnico da DMM Health para instalar o software WIM Desktop em quantos computadores ou notebooks desejar — sem limites!

🔗 O link para instalação e os drivers do software serão baixados diretamente no seu computador.

🔄 Todas as atualizações do software são disponibilizadas gratuitamente.

📞 E mais: oferecemos treinamento completo, por acesso remoto e telefone, para ajudar os usuários em todas as funcionalidades do WIM Desktop.

Você pode agendar o treinamento diariamente com nosso suporte técnico, até atingir total domínio do software!

Fora da Garantia de 2 Anos – Sensor Wim Vitor BR

A assistência técnica é vitalícia. A atualização do software é disponibilizada gratuitamente e o uso do software não possui mensalidade.

Observações:

Após o período de garantia de 2 anos, será cobrada uma taxa (hora técnica) os seguintes casos:

Nova instalação ou reinstalação do software;

Reparo no sensor;

Substituição do holster;

Troca do cabo extensor.

Orçamento:

Kit Sensor WIM Vitor, composto de:

- 01 Sensor WIM Vitor tamanho nº 2 (adulto) 41.9 x 30.4mm;
- 01 Software desktop WIM DENTAL;
- 02 kits posicionadores completos, homologados pelo fabricante;
- 01 Holster com suporte para o sensor;
- 02 Suportes de parede para encaixe do Holster;
- 01 Estojo.

Valor Unitário:

R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais) à vista

Prazo de Entrega:

30 dias a partir da data do pagamento.

Garantia:

02 (dois) anos de garantia.

Validade da Proposta:

30 dias



CARTA DE EXCLUSIVIDADE

À quem possa interessar,

Declaramos, por meio desta, que a DMM Health Group, é a única e exclusiva representante, distribuidora e comercializadora autorizada no território brasileiro do produto Wim Vitor.

A DMM Health Group possui todos os direitos para promover, distribuir, comercializar e prestar suporte técnico e comercial relacionado ao produto Wim Vitor no Brasil.

Esta carta é válida por tempo indeterminado, salvo manifestação em contrário por escrito por parte da empresa detentora dos direitos do produto Wim Vitor.

Emitimos a presente para os devidos fins de direito e para comprovação de exclusividade perante órgãos públicos, empresas privadas, parceiros comerciais e demais interessados.

Atenciosamente,

DMM Odontologia LTDA

CNPJ: 17.893.537/0001-20

DMM HEALTH GROUP

CNPJ: 17.893.537/0001-20

RUA EURÍPIDES RODRIGUES, 755, SALA 18, CENTRO, BANDEIRANTES, PR
FONE: 43 3542-3939 – WWW.ODONTOLOGIADIGITAL.COM.BR





Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do objeto: Artigo 2º, II - compra, inclusive por encomenda – Bens de Comum.

Área Requisitante

Equipe Técnica Saúde Bucal

Responsável

Marcos Antonio Girotto

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Aquisição de sensor intraoral para radiografia digital, com fornecimento de treinamento técnico-operacional, destinado à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Quant.	Unidade	Descrição
01	1.16.17.0379-6	06	UN	Sensor intraoral para radiografia digital tamanho 2, destinado à captura e análise de imagens odontológicas de alta definição, permitindo a visualização completa de coroa e raiz dentária. O equipamento deve possuir tecnologia de captação CMOS ou equivalente, dimensões externas aproximadas de 43 mm de comprimento e 30 mm de largura, espessura máxima de 6 mm, com área ativa mínima de 36 mm x 26 mm, de modo a contemplar as variações existentes entre diferentes fabricantes. Deve apresentar bordas com cantos arredondados ou tratamento que proporcione conforto ao paciente e proteção da estrutura interna contra impactos e choques mecânicos. A resolução teórica deve ser de, no mínimo, 20 pares de linha por milímetro e resolução de, no mínimo, 1200 x 900 pixels. O comprimento do cabo deve ser igual ou superior a 2,5 metros, com conexão USB 2.0 ou superior. O equipamento deve possuir sistema de calibração que permita instalação e reinstalação simplificada, garantindo compatibilidade em diferentes computadores sem necessidade de procedimentos técnicos complexos. Deve acompanhar software completo e de fácil utilização, compatível com sistema operacional Windows 10 Pro ou superior, que permita o cadastro e gerenciamento de pacientes, aquisição, arquivamento, edição e exportação de imagens em formatos padrão, bem como importação de imagens externas e envio por e-mail. O produto deve possuir registro ou notificação vigente na ANVISA, conforme sua classificação de risco e o fabricante deve apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação. O equipamento deve ser entregue acompanhado de kit posicionador para sensor intraoral, para execução de radiografias periapicais e interproximais, e autoclavável, além de manual de instruções e catálogo em português, mídia de instalação (CD, pen drive ou link eletrônico) e embalagem apropriada que garanta a integridade do produto. O produto deve ter garantia mínima de 12 meses, assistência técnica autorizada no território nacional e suporte técnico de no mínimo 5 anos após a emissão da Nota Fiscal.

2.2. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O prazo de vigência da contratação fica vinculado ao recebimento definitivo do objeto.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade da Secretaria:



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Marília, integrante da rede de Atenção Secundária à Saúde, realiza atendimentos especializados e procedimentos clínicos de média complexidade que exigem suporte radiográfico direto, eficiente e imediato. Atualmente, os exames são realizados por métodos analógicos que apresentam limitações significativas, como demora no processamento das imagens, dificuldades no armazenamento físico e no compartilhamento entre profissionais, além de variações na qualidade das radiografias, comprometendo a precisão dos diagnósticos e a eficácia dos tratamentos.

A implantação do sistema de radiografia digital é essencial para atender às demandas técnicas das especialidades do CEO, especialmente em Endodontia, pacientes com necessidades especiais, cirurgias orais e periodontais. Essa tecnologia permitirá a obtenção de imagens rápidas, nítidas e ajustáveis, reduzindo a necessidade de repetição dos exames e o desconforto dos pacientes.

A substituição do sistema analógico pelo digital proporcionará maior eficiência operacional, eliminação do uso de produtos químicos nocivos ao meio ambiente, integração com sistemas informatizados e prontuários eletrônicos, redução dos custos operacionais e promoção da sustentabilidade. Dessa forma, a digitalização do sistema radiográfico representa um avanço fundamental para o aprimoramento técnico-assistencial do CEO, elevando a segurança dos pacientes e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

3.2 Base legal:

A fundamentação jurídica da contratação se encontra:

- Na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.
- Decreto Municipal nº 14.464 de 27 de setembro de 2024.
- Lei Ordinária 9.184 de 19 de novembro de 2024.
- E demais legislações aplicáveis.

3.3 Planejamento e economia:

A aquisição de 06 aparelhos sensores intraorais para radiografia digital permite:

- Aquisições de acordo com as demandas reais.
- Maior competitividade entre fornecedores, promovendo redução de custos.
- Agilidade no atendimento da secretaria.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A aquisição de 06 aparelhos sensores intraorais para radiografia digital foi escolhida para atender às demandas de forma planejada otimizando os recursos públicos.

4.2 Centralização e eficiência

Ao consolidar a aquisição em um único processo licitatório, o município obtém:

- **Padronização dos itens**, facilitando o controle de qualidade e a análise de conformidade dos materiais.
- **Economia de escala**, com redução de custos por compra em maior volume.
- **Simplificação administrativa**, reduzindo o número de processos licitatórios futuros.

4.3 Critérios técnicos

O material listado possui especificações detalhadas, como qualidade mínima exigida, dimensões e funcionalidades, de modo a garantir que o produto atenda plenamente à necessidade da secretaria.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os itens objeto deste Termo de Referência devem obedecer aos seguintes critérios e estarem de acordo com as especificações descritas neste Termo.

5.1.1 O Produto deverá estar de acordo com as Normas e Legislações Vigentes.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

5.2 Subcontratação

5.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2.2 Justifica-se a negativa da subcontratação pelas razões que seguem:

- Apenas parte do contrato poderia ser subcontratada, nunca a integralidade, dificultando a fiscalização e gestão do contrato por impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e Subcontratada;
- Daria oportunidade para licitantes não qualificados participarem do certame com intuito prévio de terceirizar a execução do objeto;
- Levaria à abertura para intermediação de negócios, encareceria os custos da contratação, podendo refletir em prejuízo aos cofres públicos.

5.3 Consórcio

5.3.1. Não poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5.3.2 Justifica -se, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI 14.133, DE 1.º DE ABRIL DE 2021, TÍTULO II. DAS LICITAÇÕES, CAPÍTULO I. DO PROCESSO LICITATÓRIO, Art. 15, a participação de empresas em consórcio é geralmente autorizada pela Administração Pública quando a dimensão e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigem a associação entre os particulares. Essas são situações em que apenas algumas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. No entanto, no caso da presente aquisição, observamos que existe uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer tal produto. Portanto, a restrição à participação de empresas em consórcio não limita a participação do certame, uma vez que há muitas empresas individualmente qualificadas para atender às necessidades da licitação. Assim, acreditamos que a não participação de empresas em consórcio é justificada neste caso.

5.4 Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os produtos a serem adquiridos são de natureza comum.

5.5 Da Proposta

5.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais.

5.5.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta considerando quantitativos inferiores aos previstos para contratação.

5.6 DAS FICHAS TÉCNICAS:

5.6.1. Após a fase de disputa, negociações e solicitação do(a) Pregoeiro(a), a empresa provisoriamente classificada em 1º lugar para o item 01 deste instrumento, deverá apresentar juntamente com a proposta atualizada, FICHA TÉCNICA do item.

5.6.2. Para análise, serão verificadas as características do produto exigidas neste instrumento, sendo que para aprovação, devem-se atender todas as especificações mínimas exigidas do produto.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

5.6.3. A Ficha será avaliada pelos servidores:

- Jéssica Cristina da Costa Luz – CPF: 404.346.508-46;
- Mirella Gonçalves Caldeira Padula – CPF: 307.290.068-08;
- Vanessa Mesquita da Silva – CPF: 302.716.928-98.

5.6.4. A qualquer tempo a Prefeitura Municipal de Marília poderá realizar diligências para os esclarecimentos que se fizerem necessárias.

5.6.5. – Justificativa para solicitação da Ficha: A ficha técnica é essencial para verificar as especificações detalhadas do produto, fornecendo o embasamento técnico necessário para a análise da equipe. Seu objetivo é garantir que os materiais escolhidos atendam aos requisitos de segurança, eficácia e qualidade técnica definidos pelos profissionais da rede. A adoção dessa prática visa garantir uma escolha fundamentada, técnica e cuidadosamente planejada para a futura aquisição do Sensor Intraoral para Radiografia Digital.

5.7 Garantia do Objeto

5.7.1. Como se trata de bens duráveis, os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses, que deverá vigor a partir da data da efetiva entrega.

5.7.2 Durante o prazo de vigência da garantia, os equipamentos odontológicos que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus para esta municipalidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

5.7.3 No caso de 3 ou mais manutenções corretivas realizadas no período de 90 dias, contadas a partir da data de recebimento definitivo do equipamento, será requisitada a substituição do equipamento. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela Assistência Técnica Autorizada, dentro do período supracitado.

5.7.4 A empresa vencedora, ao receber a autorização de fornecimento, deverá apresentar a relação de Pontos de Assistência Técnica Autorizada, a fim de favorecer amparo a possíveis intercorrências técnicas que possam ocorrer, durante prazo de garantia. Nesta relação deverá conter: a) Nome da empresa prestadora de serviço; b) Endereço completo e meios de contato (telefone e e-mail); c) Horário de funcionamento e prazo médio de atendimento para manutenção corretiva e preventiva.

5.8 Treinamento

5.8.1 A contratada deverá fornecer treinamento técnico-operacional aos profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo o uso adequado dos sensores intraorais, o manuseio do software de aquisição e visualização de imagens, bem como orientações básicas de manutenção preventiva dos equipamentos. O treinamento deverá permanecer disponível até que os profissionais demonstrem pleno aperfeiçoamento na utilização dos recursos fornecidos, conforme avaliação da contratante.

5.8.2 O treinamento deverá ser realizado logo após a conclusão da instalação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, e deverá ocorrer de forma presencial ou remota nas unidades de saúde atendidas, sem qualquer custo adicional para a contratante. Caso necessário, treinamentos complementares deverão ser realizados até que a contratante considere atingido o nível de capacitação adequado.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Entrega

6.1.1 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento), podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado e autorizado pela Administração, no local a ser indicado pela Unidade Requisitante– Frete CIF – Marília/SP.

6.2. Na execução, para a realização referente à instalação e realização do treinamento, serão exigidos os seguintes documentos:

6.2.1. Deverá ser comprovado que o responsável técnico indicado tem vínculo profissional com a empresa licitante através de: “Ficha de registro de empregado”, autenticada e/ou; “Ficha de empregado”, autenticada e/ou; “Contrato de Trabalho”, autenticado;

6.2.2 Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo “contrato social” em vigor, devidamente registrado no órgão competente, bem como, no caso de autônomo com contrato de fornecimento de equipamentos.

6.2.3 Do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s), deverá(ão) ser apresentado Termo de Compromisso individual aceitando sua(s) indicação(ões) para a Responsabilidade Técnica (Anexo B).

6.2.4 As documentações solicitadas no item 6.2 deverão ser encaminhadas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, no próprio Ofício encaminhado à empresa. Os documentos serão analisados pelo fiscal da ARP.

6.2.5 – Justificativa: A exigência de indicação de Responsável Técnico para o treinamento técnico-operacional do sensor intraoral fundamenta-se na necessidade de que os profissionais responsáveis pela operação do equipamento recebam instruções adequadas, conforme as normas técnicas e as especificações do fabricante. Tal exigência visa garantir o uso correto e seguro do sensor, promovendo seu desempenho ideal, contribuindo para a conservação do equipamento e assegurando a segurança dos usuários e dos operadores.

6.3 Treinamento

6.3.1 A Contratante entrará em contato com a Contratada após a entrega e instalação dos produtos para agendamento do treinamento.

6.3.2 A Contratante informará local e horário para o treinamento técnico que poderá ocorrer de forma presencial ou via remota.

6.4 Serão rejeitados no recebimento os produtos fornecidos com especificações diferentes das constantes neste termo e Proposta.

6.5 Para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação será emitido Termo de Recebimento Provisório.

6.6 Após verificação da qualidade e quantidade do objeto e aceitação do mesmo será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

6.7 A empresa contratada se responsabilizará pelo transporte e eventuais danos causados aos produtos por seus empregados, mesmo nas dependências físicas da Secretaria.

6.8 Sob pena de não recebimento do objeto e instauração do devido processo administrativo, no prazo estabelecido neste Termo, a nota fiscal de venda será apresentada no ato da entrega dos produtos, deverá ser emitida pela mesma empresa, com o mesmo CNPJ da vencedora



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

deste pregão.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 A empresa vencedora será convocada pela Divisão de Contratos do Município, para assinar o instrumento contratual.

7.2 A Administração encaminhará o Instrumento Contratual, por meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.1 A assinatura deverá ser preferencialmente eletrônica, com certificação pela ICP-Brasil, podendo ser realizada gratuitamente pelos seguintes sites: <https://assinador.iti.br/assinatura/> ou <https://marilia.1doc.com.br/atendimento>;

7.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.4 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, consoante o disposto no artigo 90, da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.5 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

7.1 LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

7.1.1 Os materiais serão entregues no **Sub-Almoxarifado da Saúde** no seguinte endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº362, Bairro: Vila São Miguel, CEP 17506-200, Marília-SP.

7.1.2 Os materiais serão entregues no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 07h30 às 15h30 (com exceção de feriados e pontos facultativos).

7.1.3 **Durante a vigência do contrato, poderão ser acrescentados novos endereços de entrega, dentro do município de Marília/SP.**

7.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A Prefeitura de Marília poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 DA VIGÊNCIA

7.5.1 O prazo de vigência da contratação fica vinculado ao recebimento definitivo do objeto.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

7.6 No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar a “ Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP- <https://www.tce.sp.gov.br/cadtecesp/>).

7.7 DO REAJUSTE

- 7.7.1 Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste após 12 (doze) meses, contados da data do Orçamento Estimado, nos termos do Artigo 92, § 3º da Lei Federal n.º 14.133/21, para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado.
- 7.7.2 O requerimento deverá ser protocolado no site: www.marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor do Contrato.
- 7.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.7.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento ao processo que originou o contrato, dispensada a formalização de termo Aditivo, conforme Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.8 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 7.8.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 7.8.2 Constituem motivos para a extinção do contrato, aqueles elencados na Lei Federal n.º 14.133/21, e deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da referida Lei.

7.9 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.9.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme segue abaixo:

Fiscal da ARP: Marcos Antonio Giroto; CPF 073.504.298-51; CARGO Dentista;

Fiscal Substituto da ARP: Priscilla Kleis Veronez; CPF 038.720.939-59; CARGO Dentista.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

7.9.2 O Fiscal de Contratos possui as seguintes atribuições, nos termos do Artigo 7º do Decreto Municipal 14.464/2024:

7.9.2.1 Esclarecer prontamente as dúvidas surgidas na execução do objeto contratado;

7.9.2.2 Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao contratado para perfeita execução dos serviços;

7.9.2.3 Encaminhar os apontamentos, realizados em registro próprio, ao gestor de contratos para que o mesmo tome as providências cabíveis;

7.9.2.4 Proceder, conforme o caso, avaliação do cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

7.9.2.5 Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

7.9.2.6 Conferir e certificar as faturas ou notas fiscais relativas às aquisições, serviços ou obras e encaminhá-las à unidade responsável pela gestão do contrato;

7.9.2.7 Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, informando à unidade responsável pela gestão da contratação o que pode resultar na execução diversa do que foi contratado;

7.9.2.8 Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

7.9.2.9 Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

7.9.2.10 Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

7.9.2.11 Realizar, na forma do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

7.9.2.12 Propor ao gestor de contratos, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7.9.2.13 Outras atividades compatíveis com a função.

7.10 GESTOR DO CONTRATO

7.10.1 Fica indicado o Gestor do contrato, conforme segue abaixo:

Gestor do Contrato: Paloma Aparecida Libânio Nunes, CPF 060.304.706-80, CARGO Secretária Municipal da Saúde – ou por seu substituto.

7.10.2 O Gestor da Contrato terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do Artigo 8º do Decreto Municipal 14.464/2024, especialmente:

7.10.2.1 Controlar a vigência do contrato;

7.10.2.2 Tomar providências objetivando eventual prorrogação do prazo ou abertura de novo processo licitatório;

7.10.2.3 Recepcionar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e proceder os devidos encaminhamentos;



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- 7.10.2.4 Analisar os pedidos de aditivo contratual e proceder os devidos encaminhamentos;
- 7.10.2.5 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 7.10.2.6 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.10.2.7 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado;
- 7.10.2.8 Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 7.10.2.9 Acompanhar o prazo para concessão de reajuste de preços, nos termos da data-base fixada no instrumento convocatório e tomar as providências necessárias para que o mesmo seja formalizado, após requerimento do interessado, mediante termo de apostilamento.
- 7.10.2.10 Acompanhar a renovação e/ou atualização das garantias contratuais no caso de prorrogação ou alteração de valores dos instrumentos contratuais;
- 7.10.2.11 Solicitar o empenho dos valores correspondentes aos contratos, aditivos ou atualizações.
- 7.10.2.12 Outras atividades compatíveis com a função.

7.11 DO RECEBIMENTO

- 7.11.1 Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no **ato da finalização da entrega dos materiais**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.11.2 Se, após o recebimento, constar-se que o objeto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à PROPONENTE vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação.
- 7.11.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequados no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.11.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.11.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.11.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Da Medição

- 8.1.1 A medição consiste na verificação se a quantidade que foi solicitada é a que está sendo



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

entregue. Desta forma, para a presente aquisição, a medição será efetuada no ato da entrega pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto, sendo que este verificará se a quantidade entregue corresponde à solicitada.

8.2 Da Liquidação

8.2.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.1.1 o prazo de validade;

8.2.1.2 a data da emissão;

8.2.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.1.4 o valor a pagar; e

8.2.1.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento efetivo de todos os produtos empenhados.

8.3.2 Não serão consideradas as propostas com condições de pagamento “Antecipado” e com prazo contado “Da emissão da Nota Fiscal”.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 A prefeitura NÃO efetuará pagamento através de cobrança bancária (boleto). Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordem de Pagamento Bancária, mediante crédito em conta corrente, devendo para tanto a Licitante indicar no Modelo de Proposta os Dados Bancários: nº do Banco, Agência, nº da Conta corrente e Código de identificação se houver.

8.4.2 Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, poderá haver incidência de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculados entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela CONTRATADA, através de requerimento protocolado no site (www.marilia.1doc.com.br/atendimento).

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do MODO DE DISPUTA ABERTO, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1 Habilitação Jurídica

9.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

9.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.1.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.2.1.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (artigos 17 a 19 e 165).

9.2.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

9.2.1.11 Licença de funcionamento expedida pelo Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, **quando a atividade assim o exigir**, havendo isenção/dispensa deverá apresentar declaração neste sentido.

9.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista

9.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.3 Qualificação Técnica Profissional

9.2.3.1 Será exigida a indicação do responsável técnico para execução dos serviços, devidamente habilitado junto à Entidade Profissional Competente e experiência compatível com o objeto licitado.

9.2.3.2 Registro ativo no Conselho Federal de Técnicos (CFT) ou inscrição de Pessoa Jurídica na Entidade Profissional Competente do Profissional indicado (Anexo A).

9.2.3.3 Justificativa: A indicação e o Certificado visam resguardar a administração pública, proporcionando uma maior garantia e qualidade dos serviços a serem prestados pela contratada.

9.2.4 Qualificação Técnica Operacional



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

9.2.4.1 Número do registro dos produtos obrigados ao cadastro junto ao Ministério da Saúde, nos termos do artigo 12 da Lei 6.360/1976 e artigo 7º, inciso IX da Lei 9.782/1999. Sendo que, os produtos isentos deverão apresentar declaração nesse sentido.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação terá como referência os valores unitários a serem apurados na estimativa de preços, a qual será realizada por setor competente.

10.2 O orçamento estimado da contratação **não** terá caráter sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

10.3 O preço estimado ou o máximo aceitável constará no edital da licitação, conforme Parágrafo único do Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2 A contratação será atendida pela dotação a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Econômico.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. ANEXOS

12.1 ANEXO A – Modelo de Indicação do Profissional Responsável.

12.2 ANEXO B – Modelo de Termo de Compromisso Individual Aceitando Indicação.

13. RESPONSÁVEL

MARIA LUISA IBANHEZ LORCA
Enfermeira / Fase preparatória Compras



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ANEXO A – Modelo de Indicação do Profissional Responsável.

MODELO DE INDICAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

At. – Pregoeiro(a)

Ref.: X-X-X-X-X-X-X ELETRÔNICA n.º XXX/2025

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que o Sr. _____, portador da Carteira e Registro no XXXXXXXXXXXXXXX N.º _____, será o responsável técnico pelo objeto ora licitado.

Por ser verdade assina a presente.

..... de de

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável /procurador
Cargo do responsável /procurador



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ANEXO B – Modelo de Termo de Compromisso Individual Aceitando Indicação.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

Pregão Eletrônico n.º XXX/2025

Eu,, portador da Carteira e Registro no XXXXXXXXXXXXX N°, aceito a indicação de ser responsável técnico, feita pela empresa, CNPJ, para o objeto ora licitado.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2025.

.....
Nome do Profissional RG:
CPF:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B140-B48F-C2A5-BB93

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PALOMA APARECIDA LIBANIO NUNES (CPF 060.XXX.XXX-80) em 11/11/2025 14:56:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIA LUISA IBANHEZ LORCA (CPF 412.XXX.XXX-09) em 12/11/2025 07:01:53 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marilia.1doc.com.br/verificacao/B140-B48F-C2A5-BB93>